

Situação: O preprint não foi submetido para publicação

# Seguindo a trilha das palavras: mapeando os “trending topics” das pesquisas na pós-graduação em RI no Brasil (1987-2018)

Thales Carvalho, Vinicius Santos, Yulieth Martínez

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.2646>

Submetido em: 2021-07-14

Postado em: 2021-07-16 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

# Seguindo a trilha das palavras: mapeando os “trending topics” das pesquisas na pós-graduação em RI no Brasil (1987-2018)

Thales Carvalho\*

Universidade Federal de Minas Gerais

thalesleo1@gmail.com

Vinicius Santos<sup>†</sup>

Universidade Federal de Minas Gerais

santos.vinicius18@gmail.com

Yulieth Martínez<sup>‡</sup>

Universidade Federal de Minas Gerais

yulieth.martinez08@gmail.com

15 de julho de 2021

## Resumo

Neste artigo nos debruçamos sobre a produção acadêmica na Pós-Graduação de Relações Internacionais no Brasil tendo por objetivo identificar os temas mais preponderantes (maior prevalência) nas teses e dissertações da área entre 1987 - 2018. Para essa finalidade, coletamos e empregamos as informações disponíveis nos “Caderno de Indicadores CAPES” (1998-2012) as quais incluem informações sobre os programas de pós-graduação e as combinamos com os “Dados Abertos Capes” (1987 - 2018). Deste modo, reunimos 2417 teses e dissertações no intervalo supra-mencionado, ligadas a programas de pós-graduação em Relações Internacionais e áreas correlatas. Para a análise desses dados, recorreremos à Modelagem de Tópicos Estruturais (Structural Topic Model). Analisar os trabalhos produzidos no âmbito da pós-graduação, nos permitiu traçar um perfil temático da academia brasileira de RI, mesmo que de modo parcial, na medida em que a consolidação de uma área

do conhecimento em um país passa em grande parte pela produção de trabalhos qualificados dada ao interior destes programas.

**Keywords:** Cientometria; Relações Internacionais no Brasil; Structural Topic Model; Ensino e Pesquisa; Pós-Graduação

**Title (English):** Following the trail of words: mapping trending topics of graduate research in IR in Brazil (1987-2018)

**Abstract (English):** In this article, we rely on the IR academic production at the graduate level in Brazil, aiming to identify the most prevalent issues in theses and dissertations in the field from 1987 to 2018. In order to do that, we used data from the “Caderno de Indicadores CAPES” (1998-2012), which included information on the graduate programs, and combined it with data from “Dados Abertos Capes” (1987-2019). We obtained 2417 theses and dissertations in the selected time framing related to graduate programs in IR and correlated areas. We employed a Structural Topic Model to analyze the data. Analyzing the graduate production allowed us to partially map a thematic profile of the Brazilian IR scholarship, considering that the consolidation of this academic field relates to the qualified knowledge produced inside these graduate programs.

**Authors’ contribution statement:** The authors state to have equally participated in the conception, elaboration and revision of the final version of this article.

**Conflict of interests statement:** The authors declare no conflict of interests.

## 1 Introdução

O campo de estudos das Relações Internacionais (RI) se consolidou no Brasil nas últimas décadas do século XX. De forma mais específica, a pós-graduação *stricto sensu* na área surgiu em 1984 com a oferta do curso de Mestrado por parte do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). Em 1987, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) também passaria a compor a pós-graduação em RI no país, dividindo espaço com a UnB até a década de 2000, quando o número de programas de pós-graduação (PPGs) no Brasil sextuplicou - saindo de 2, em 2000, para 21 em 2018 (Miyamoto 1999; Herz 2002; Lessa 2005; Pereira and Lopes, n.d.).

A literatura tem enumerado um conjunto de fatores que podem ter atuado no sentido de expandir a pós-graduação em RI no Brasil ao longo das últimas duas décadas. Pelo lado da oferta de vagas, as políticas públicas de fomento à pesquisa cumpriram um papel chave na criação de departamentos e ampliação de postos para estudantes a nível

---

\*<https://orcid.org/0000-0003-4410-1367>

†<https://orcid.org/0000-0003-0907-7832>

‡<https://orcid.org/0000-0003-2047-7669>

pós-graduado. Já pelo lado da demanda pelas vagas podemos mencionar os seguintes fatores: i) a ampliação da oferta dos cursos de graduação na área contribuiu para que houvesse uma ampliação da comunidade de pesquisadores, de modo que diversos graduados/as caminharam para a pós-graduação; ii) a ampliação do volume de dados disponíveis aos/às pesquisadores/as devido à redemocratização; e iii) além da atuação internacional do país, de forma evidente, na atenção que as políticas externas tanto de Fernando Henrique Cardoso quanto Luiz Inácio Lula da Silva concentraram dentro e fora da academia, aumentaram o interesse e a demanda por pesquisas sobre a atuação externa brasileira (Herz 2002; Vigevani, Thomaz, and Leite 2016; Barasuol and Silva 2016; Milani 2021).

Urge, então, questionarmos os rumos que o campo de RI no Brasil tem tomado ao longo de sua trajetória. Nos últimos anos, pesquisadores/as têm contribuído na ampliação desse entendimento. Com um olhar para as perspectivas teóricas empregadas no país, por meio de entrevistas e análise de artigos, teses e dissertações, Pereira and Lopes (n.d.), Barasuol and Silva (2016) e Maliniak et al. (2017) percebem uma tendência maior ao emprego do construtivismo por pesquisadores/as do Brasil, com alguma proeminência também do realismo e do liberalismo.

Já em relação aos aspectos metodológicos, Carvalho, Gabriel, and Belém Lopes (2020), Schwether, De Moura, and Melo e Silva (2019) e Alejandro (2019) percebem que abordagens histórico-descritivas predominam no país, normalmente sem a incorporação do rigor metodológico positivista defendido pelo mainstream do campo. Além disso, os/as autores/as percebem uma considerável presença de trabalhos que utilizam metodologias não ou pós-positivistas no país, como a análise de discurso.

Em relação à diversidade temática, Herz (2002) e Milani (2021) percebem uma conexão entre a atuação internacional do Brasil e os temas estudados pela academia de RI no país. Além disso, segundo Milani (2021), a expansão do campo trouxe também como consequência uma expansão na diversidade de assuntos tratados pelos/as estudiosos/as, passando a incluir também pautas como gênero, meio ambiente, mudanças climáticas, relações sul-sul, países emergentes e segurança regional.

Neste artigo, pretendemos contribuir para o estado da arte do campo de RI no Brasil, a partir de um olhar para o agendamento temático da produção no país, de forma mais específica, no âmbito da pós-graduação. Para perseguir esse objetivo, elencamos os seguintes problemas: quais temas têm sido estudados pelos/as pesquisadores/as de RI no Brasil? Como esses temas têm se comportado ao longo do tempo? Procuramos aqui apresentar evidências descritivas a todas essas perguntas, a partir de uma perspectiva de caráter indutivo. Para tanto, analisamos 2417 teses e dissertações defendidas em PPGs em Relações Internacionais e áreas correlatas, no período de 1987 a 2018. Em termos metodológicos mobilizamos a modelagem de tópicos estruturais (em inglês - Structural Topic Model - STM) que por meio de um algoritmo de aprendizado de máquina identifica os tópicos abordados nesses trabalhos bem como sua evolução ao longo do tempo.

O artigo está organizado da seguinte forma. Na próxima seção, discutimos a pós-graduação em RI no Brasil, com um breve olhar sobre sua consolidação e os principais condicionantes desse processo. Em seguida, introduzimos o desenho de pesquisa adotado, descrevendo de forma mais detalhada os dados e a metodologia empregada. Por fim, apresentamos e discutimos os resultados da STM.

## 2 A Pós-Graduação em Relações Internacionais no Brasil

Após uma dispersão inicial do estudo das Relações Internacionais em áreas como a Ciência Política, a História e o Direito, é na década de 80 que se dá o início da institucionalização deste campo no que diz respeito à sua formação a nível pós-graduado. O primeiro programa foi estabelecido pela Universidade de Brasília em 1984, e o segundo na PUC-Rio, em 1987. Ambas universidades já dispunham previamente dos primeiros departamentos de RI no país e se manteriam como os únicos programas de pós-graduação (PPGs) brasileiros por uma década e meia (Miyamoto 1999; Herz 2002; Lessa 2005; Santos and Fonseca 2009; Vigevani, Thomaz, and Leite 2016; Milani 2021).

Os próximos PPGs em RI no Brasil surgiram nos anos 2000, em meio a pelo menos duas políticas nacionais de fomento ao campo: (i) o Programa San Tiago Dantas de Apoio ao Ensino de Relações Internacionais (2001) e (ii) o Programa Renato Archer (2006). Ambos foram promovidos pelo Ministério de Relações Exteriores em parceria, respectivamente, com a CAPES e o CNPq. Nesse sentido, o primeiro possibilitou a criação de três PPGs: a) o programa *tricampi* envolvendo a Universidade Estadual Paulista (Unesp), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), que passou a ter o mesmo nome da política que o originou; b) o segundo na Universidade Federal Fluminense (UFF) e c) o terceiro Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Já o Programa Renato Archer possibilitou o fomento à pesquisa “nas questões prioritárias da política externa brasileira, apoiando a constituição de redes cooperativas de pesquisa em torno de temas prioritários para a política externa brasileira” (CNPQ apud VIGEVANI et al, 2016). Na mesma década, surgiram ainda os cursos de doutorado naquelas mesmas instituições pioneiras na pós-graduação: PUC-Rio (2001) e UnB (2002) (Lessa 2005; Santos and Fonseca 2009; Vigevani, Thomaz, and Leite 2016; Barasuol and Silva 2016; Milani 2021).

Para além dos mencionados programas de RI, ao longo dos anos 2000, uma série de políticas governamentais promoveram o que poderia ser considerado um novo passo na consolidação do campo no país. Alguns exemplos dignos de nota são: (i) o Programa de Apoios a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni - 2007); (ii) o Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em

Defesa Nacional (Pró-Defesa - 2005); e (iii) o Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Assuntos Estratégicos de Interesse Nacional (Pró-Estratégia - 2012). O primeiro, promovido pelo Ministério da Educação, consistiu em apoio principalmente financeiro para a expansão das universidades federais, o que levou também à criação de diversos departamentos de Relações Internacionais no país. Apesar de ter sido um programa focado no nível da graduação, o Reuni possibilitou um crescimento no financiamento a departamentos e a demanda por profissionais pós-graduados no campo (Vigevani, Thomaz, and Leite 2016).

O Pró-Defesa, promovido pela CAPES e pelo Ministério da Defesa (MD), teve por objetivo dar fôlego às redes de cooperação acadêmica no apoio ao ensino e à pesquisa científica na interface dos estudos sobre Defesa Nacional. É importante mencionar que, no mesmo contexto, instituições militares, como a Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), a Universidade da Força Aérea (UNIFA) e a Escola de Guerra Naval (EGN) foram incorporadas ao grupo de PPGs em RI no Brasil e se beneficiaram dessas políticas junto com instituições civis, como a UFF, PUC-Rio, USP e o Programa San Tiago Dantas. Por fim, destacamos o Projeto Rede Nacional de Estudos Estratégicos por meio do edital Pró-Estratégia (Capes 050/2011) aprovado em 2012. A iniciativa, que incluiu instituições internacionais como a Universidade Nacional de Quilmes (Argentina), tinha como foco estabelecer uma rede acadêmica voltada à produção de pesquisas na área de estudos estratégicos. Em adição, cabe destacar ainda, o crescente número de bolsas de pós-graduação concedidas nesse período pelas instituições públicas de financiamento à pesquisa no país (Vigevani, Thomaz, and Leite 2016).

Em meio a esse processo, as RI foram ganhando também fóruns para seus debates. Ainda na década de 80, houve a articulação que resultou na formação do Grupo de Trabalho sobre Relações Internacionais e Política Externa (GRIPE), no âmbito da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Após o encerramento de suas atividades, em 1994, o GRIPE abriu espaço para o grupo de “Política Internacional” que teria sua presença assegurada no âmbito da ANPOCS até o ano 2000 (Miyamoto 1999). Em adição, debates mais periféricos sobre o campo também ocorreram no âmbito da Associação Brasileira de Ciência Política até que em 2005, se dá a criação da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI). A ABRI se constituiria nos anos subsequentes a sua criação, como um grande fórum incluindo pesquisadoras/es e instituições ligadas a este campo no Brasil (Vigevani, Thomaz, and Leite 2016; Barasuol and Silva 2016). A criação da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), no mesmo ano, também viria a colaborar na institucionalização do campo e formação de redes entre investigadoras/es, desta vez focada nos temas de defesa e segurança internacional.

Nesse contexto, (Vigevani, Thomaz, and Leite 2016, 13) apontam que a expansão e consolidação da área de Relações Internacionais no Brasil é, em parte, fruto do “aumento

do financiamento do ensino e da pesquisa por instituições como Capes, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e fundações de amparo à pesquisa estaduais (FAPs).” Em meio a esse contexto de crescente financiamento público, o número de PPGs ligados ao campo das RI<sup>1</sup> no Brasil foi multiplicado por dez em um período de vinte anos, como demonstrado na Figura 1 abaixo. No mesmo período, é notável o papel das políticas de fomento mais específico ao campo da defesa nacional, de modo que o número de programas ligados aos Estudos de Estratégia e Defesa<sup>2</sup>, área também correlata às RI, saíram de 0 em 2000 para 10 em 2018.

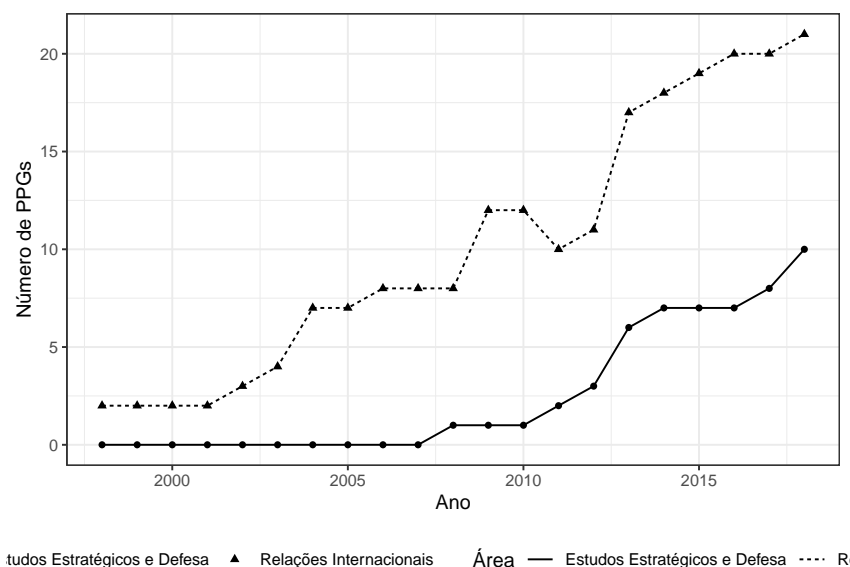


Figura 1: Evolução do número de programas de Pós Graduação (1998 - 2018)

Como podemos observar na Figura 2 abaixo, enquanto, em 1987, apenas três trabalhos de pós-graduação foram defendidos, em 2000 o número subiu para 21, ao passo que em 2018 houveram 282 defesas. A relação é bastante intuitiva, no sentido de que a existência de mais programas significou também um aumento no número de vagas para estudantes de pós-graduação no país, per se um maior número de trabalhos acadêmicos defendidos.

<sup>1</sup>Agregados sob esse rótulo estão os programas que a CAPES classifica como: Análise e Gestão de Políticas Internacionais; Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento; Diplomacia; Economia Política Internacional; Integração Contemporânea da América Latina; Integração Latino-Americana; Relações Internacionais; Relações Internacionais para a América do Sul; Relações Internacionais: Política Internacional.

<sup>2</sup>Agregados sob esse rótulo estão os programas que a CAPES classifica como: “Ciências Aeroespaciais”; “Ciências Militares”; “Estudos de Fronteira”; “Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança”; “Estudos Estratégicos Internacionais”; “Estudos Marítimos”.

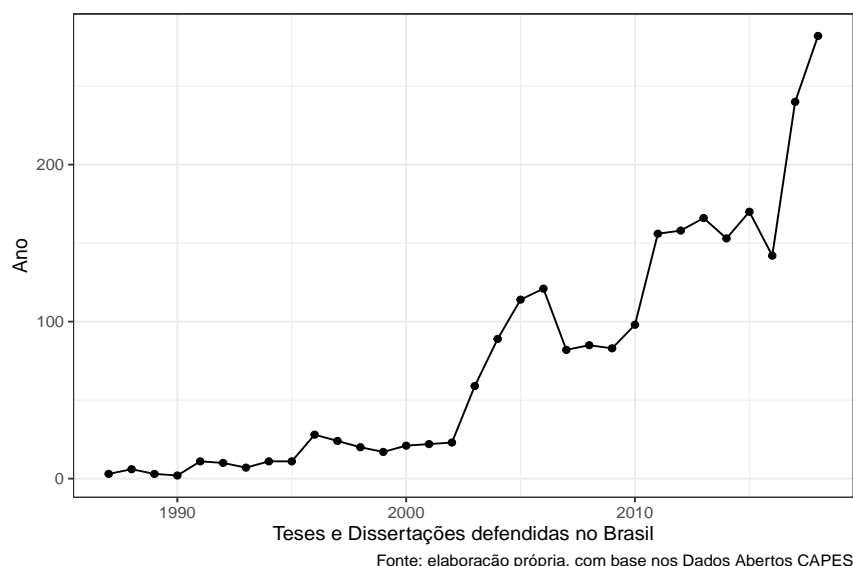


Figura 2: Evolução no número anual de teses e dissertações defendidas (1987-2018)

Em meio a esse crescimento quantitativo da produção acadêmica no campo é importante também compreender as direções tomadas por esses trabalhos sob um ponto de vista temático. A academia brasileira de RI, já em sua origem, tinha como principal foco prover uma melhor compreensão do papel do Brasil no cenário internacional, especialmente por meio de análises histórico-descritivas (Carvalho, Gabriel, and Belém Lopes 2020; Tickner 2009; Herz 2002). Nesse sentido, como notado por Lessa (2005), a redemocratização do país, nos anos 80, levou a uma crescente disponibilização de dados a serem analisados sobre a política externa brasileira, possibilitando uma ampliação no referido entendimento.

Já nos anos 90, em meio à Nova Ordem Mundial no pós-Guerra Fria e a um crescente diálogo com os vizinhos sul-americanos, Herz (2002) percebe que trabalhos sobre integração regional, a inserção brasileira e o fenômeno da globalização ganharam espaço na produção nacional. Ainda segundo a autora, na mesma década, houve uma crescente importância atribuída à pauta ambiental no âmbito internacional o que fez com que esses temas também passassem a serem tratados no Brasil, em especial, considerando sua proeminência em função da Amazônia. Fato similar ocorreu em relação aos estudos sobre regimes comerciais internacionais, em função da participação brasileira em negociações no âmbito da OMC. Como notado pela autora, os estudos estariam quase sempre conectados com a busca por uma melhor compreensão de fatos relacionados à atuação brasileira no exterior (Herz 2002).

De forma similar, Milani (2021) nota que o maior engajamento por parte dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) levou a um maior número de estudos sobre a política externa e seus processos decisórios a partir do final dos anos 90. Além disso, na esteira do que seria chamada de “horizontalização da política externa” (Silva, Spécie, and Vitale 2010; Farias and Ra-

manzini Júnior 2015) se dá o alegado aumento da participação de diversos atores em processos decisórios, como organizações não-governamentais (ONGs), governos subnacionais, empresas, além de ministérios como o da Defesa. Assim, esse processo somado ao aumento no número de PPGs teria possibilitado um alargamento no interesse de temas antes pouco estudados pelo campo das RI no Brasil, como direitos humanos, desenvolvimento e cooperação. Ademais, agendas que vinham recebendo atenção crescente mas ainda não relevante nos anos 90 também se beneficiaram desse processo, como segurança internacional e meio ambiente, ganharam mais espaço nesse contexto (Herz 2002; Milani 2021).

De posse de uma literatura sobre a emergência do campo das RI no Brasil, cabe-nos agora uma exploração ainda mais minuciosa sobre o desenvolvimento temático da área, a partir de sua expansão. É o que propomos oferecer neste artigo.

### 3 Desenho de Pesquisa

Para a análise da produção acadêmica nos programas brasileiros de pós-graduação em RI, baseamo-nos nas informações disponíveis nos “Caderno de Indicadores CAPES”<sup>3</sup> e lançamos-mão de um conjunto de informações disponíveis no portal “Dados Abertos Capes”<sup>4</sup>. No geral, a base de dados congrega 7240 teses e dissertações defendidas na área de Ciência Política e Relações Internacionais.

Nosso primeiro desafio, tendo em vista nossos objetivos e considerando a oferta dos dados de forma agregada nos campos da Ciência Política (CP) e às Relações Internacionais (RI), foi filtrar a base de dados, considerando a tênue linha existente entre essas duas áreas de modo a manter apenas os trabalhos que estivessem mais próximos à RI. Para tanto, mantivemos apenas as teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em: Relações Internacionais, Diplomacia, Ciência Política e Relações Internacionais, Integração Latino-Americana, Relações Internacionais para a América do Sul, Estudos Estratégicos, Ciências Militares, Ciências Aeroespaciais, Estudos Marítimos, Estudos de Fronteira e Análise e Gestão de Políticas Internacionais<sup>5</sup>. Por fim, removemos os trabalhos escritos em outra língua que não a portuguesa.

A base de dados resultante contém 2417 teses e dissertações e 42 variáveis, como título, resumo, autor/a, orientador/a e instituição. Sua distribuição ao longo do tempo foi apresentada pela Figura 2. De posse dos dados, recorreremos à modelagem de tópicos estruturais (*Structural Topic Model - STM*) para captar as temáticas mais recorrentes presentes nos trabalhos. A STM é uma técnica que permite a utilização de textos como

---

<sup>3</sup>Para mais informações, ver: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/CadernoAvaliacaoServlet>

<sup>4</sup><https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset>

<sup>5</sup>É importante ressaltar lacunas existentes na base de dados, que não nos permitem filtrar teses defendidas em PPGs em Ciência Política, focados em linhas de pesquisa correlatas às RI. A isso se deve a exclusão desses programas da amostra analisada.

dados (*text as data*) partindo de um algoritmo de aprendizado de máquina (machine learning) para sua codificação, de forma não supervisionada. Diante disso, o método se distingue por, ao contrário das ferramentas em que o analista define dicionários para acessar categorias pré-estabelecidas, como algumas análises de conteúdo, a STM utiliza concepção similar à Latent Dirichlet Allocation - LDA (Blei, Ng, and Jordan 2003). Com isso, este modelo generativo permite a identificação das palavras que compõem um referido tópico com base nas correlações entre as menções a cada termo em cada documento analisado. Por esse motivo, entre as vantagens vinculadas ao método estariam a transparência e replicabilidade resultantes da utilização do aprendizado de máquina que permitem a escalabilidade, dada a possibilidade de análise de um grande volume de dados (Blei, Ng, and Jordan 2003; Roberts et al. 2014; Carvalho and Schenoni 2021).

No entanto, a STM se diferencia da LDA por permitir a inclusão de covariáveis relacionadas aos documentos para compreensão dos tópicos, permitindo explorar relações entre o corpus, e medidas como prevalência e o conteúdo dos tópicos. A prevalência refere-se à proporção da aparição de cada tópico em cada documento analisado. Já o conteúdo, diz respeito às palavras que compõem cada tópico (Roberts et al. 2014). Para atingir nossos objetivos neste artigo, é importante focar em alguns fatores estruturais como a instituição, a área do programa e o ano de publicação, devido a que estes elementos tendem a ter efeitos sobre a prevalência dos tópicos nas teses e dissertações analisadas e, portanto, devem ser incluídos no modelo.

Com relação aos procedimentos de análise dos dados, o primeiro passo para a implementação da STM é o pré-processamento. Para tanto, seguimos, para esta etapa, o padrão utilizado por parte da literatura: transformamos todas as letras em minúsculas e removemos pontuações, números, e as chamadas stopwords - termos comuns que contribuem pouco para a identificação dos tópicos, como “de,” “em,” “por,” etc. - e os artigos e plurais ao final das palavras (Grimmer and Stewart 2013; Terman 2017). Removemos, ainda, um outro vetor de stopwords, focado em termos muito comuns às teses e dissertações de forma mais específica. Exemplo de termos que compõem este vetor são as palavras “dissertação,” “tese,” “analisa” e “explica” (e seus derivados), que são comumente utilizados para localizar leitores sobre aspectos relacionados aos textos em geral, contribuindo pouco para a identificação dos tópicos por eles abordados. Por esse motivo, estes termos foram removidos do corpus.

Como segunda etapa, procedemos com o processo de *stemming*. Isso significa dizer, por exemplo, que os termos “brasileira,” “brasileiro,” “brasileiras” e “brasileiros” referem-se a um mesmo objeto: pessoas e/ou objetos que tiveram suas origens no Brasil. Desta forma, para tornar a análise mais precisa, o algoritmo reduz essas palavras a seus radicais - nesse caso, “brasil.” Utilizamos um algoritmo que faz essa “*stemmização*” para todos os termos a serem analisados, através do pacote *ptstem*. Além disso, unimos expressões frequentes no campo de Relações Internacionais, como “política externa” (*politicaexterna*) e

“Estados Unidos” (estadosunidos), visando também melhorar a precisão na identificação dos tópicos já que são termos que só fazem sentido se aparecem em conjunto e tendem a se diluir no interior dos tópicos se compreendidos de forma separada. Por fim, para evitar a ocorrência de termos extremamente raros ou frequentes, removemos as palavras que apareceram em menos de 1% e mais de 1/3 dos trabalhos - este último threshold escolhido após analisarmos a frequência dos termos. A partir disso, obtivemos uma matriz de documentos e termos (*document-term matrix*) contendo 2417 teses e dissertações com 1019 termos diferentes, totalizando 100538 *tokens*<sup>6</sup>.

Passamos, então, à definição do número de tópicos (K) a serem analisados. Para isto, recorremos a um procedimento padrão na STM, em que essa escolha é baseada na relação entre coerência semântica e exclusividade. A coerência semântica diz respeito à captura da frequência da co-ocorrência das palavras em um determinado tópico, de modo que tópicos mais coerentes são aqueles em que suas principais palavras apresentem frequências similares. Já a exclusividade significa dizer o quanto os termos que compõem um tópico são exclusivos a ele - ou seja, não compõem outros (Roberts et al. 2014; Roberts, Stewart, and Tingley 2019; Mimno et al. 2011). A Figura 3 apresenta os resultados para esses indicadores de acordo com o número de tópicos.

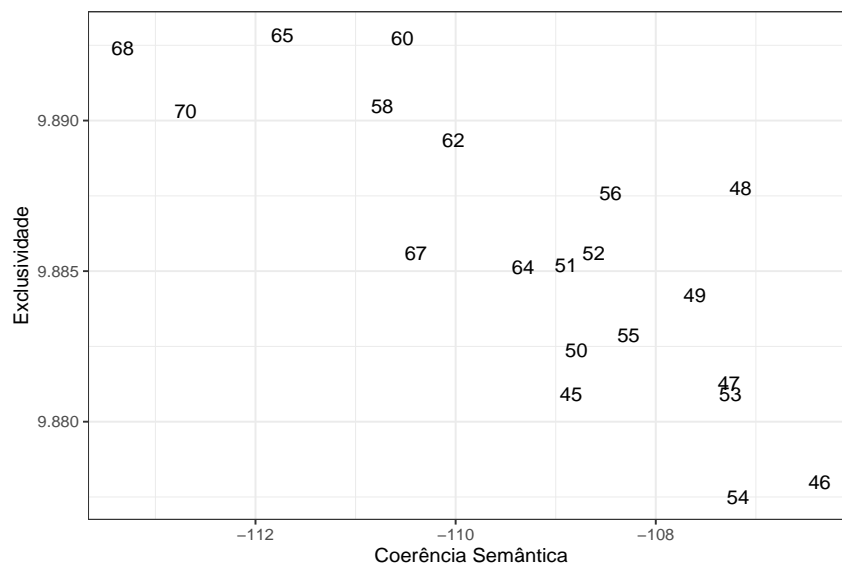


Figura 3: Comparação entre Exclusividade e Coerência Semântica, segundo o número de tópicos

Considerando esses indicadores, a saber, coerência e exclusividade, o modelo com 48 tópicos se mostrou melhor do que os demais. Dessa maneira, dado que a nossa intenção com o modelo é que ele nos permita acessar, com alguma especificidade, as temáticas mencionadas nas teses e dissertações analisadas, o modelo com 48 tópicos mostrou-se o melhor em termos de ser interpretável. Com isso feito, procedemos à atribuição de

<sup>6</sup>Os *tokens* representam o número de palavras a serem analisadas, incluindo o número de vezes em que cada termo se repetiu.

significados aos tópicos resultantes, com base em suas principais palavras, utilizando dois indicadores: termos mais frequentes e o score de Frequência e Exclusividade (FREX), que considera se os termos frequentes são também exclusivos àquele tópico. Este processo passou por uma tripla checagem<sup>7</sup> entre os/a autores/a do artigo, visando uma melhor validação de seus significados. Os tópicos e seus termos constam no apêndice deste artigo. Para toda a referida análise, utilizamos o pacote *stm*, disponível para o software R (Roberts, Stewart, and Tingley 2019). Na próxima seção, apresentaremos os resultados.

## 4 Resultados e discussão

Como primeiro resultado da análise dos dados, na Figura 4 apresentamos as dez áreas temáticas (tópicos) mais predominantes na agenda de pesquisa das Relações Internacionais no Brasil, desde 1987 até 2018. Como antecipado pela literatura, é possível constatar que as pesquisas vinculadas ao tópico da Política Externa Brasileira (PEB) se estabeleceram como a principal área de produção de teses e dissertações no país no campo das RI. Além disso, pesquisas relacionadas com as temáticas da Economia Política Internacional e História das RI, também aparecem em lugares relevantes desta classificação.

Chama a atenção, no entanto, alguns pontos como o debate relativo ao pós-positivismo, o tratamento de temas relacionados aos países asiáticos e a tópicos sobre defesa nacional. A presença desses temas no ranqueamento sugerem, em algum nível, a incorporação, respectivamente de: (1) de debates teóricos ocorridos nas últimas décadas, (2) de mudanças nas dinâmicas políticas globais e (3) o uma convergência com o período em que surgiram as iniciativa de fomento à pesquisa sobre defesa nacional. Diante desse cenário, os resultados nos colocam frente à reflexão de quanto a atuação externa e o contexto internacional têm contribuído para o agendamento do campo no Brasil, colocando “novas” temáticas no leque de temas abordados pelos referidos estudos.

---

<sup>7</sup>Consideramos tripla checagem o processo mediante o qual a atribuição dos nomes dos tópicos é feita separadamente pelos autores e depois compartilhada entre eles, com o fim de checar se chegaram na mesma conclusão e tiveram o mesmo entendimento. Nos casos em que os nomes atribuídos fossem os mesmos, estes eram validados e aqueles que não, eram discutidos até que se chegasse a um consenso.

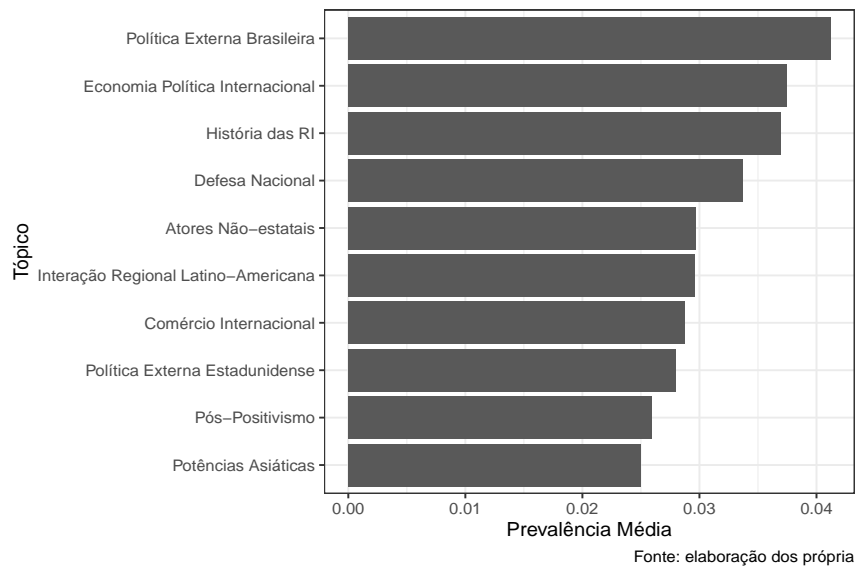


Figura 4: As dez áreas temáticas principais com base na sua prevalência média

Elencar as dez áreas temáticas mais relevantes da agenda de pesquisa de RI permite-nos acessar o perfil da academia brasileira em RI no período analisado. No entanto, é importante observar a sazonalidade desses tópicos, primeiro, a partir da análise de sua prevalência nas últimas 4 décadas. A Figura 5 mostra os cinco tópicos mais frequentes nas teses e dissertações do campo de RI desde 1988. Deste modo, chama a atenção que estudos que se debruçaram sobre assuntos relacionados com Sistema Interamericano de Direitos Humanos (DDHH) fossem os mais frequentes neste ano (1988). Houve também um destaque à compreensão do papel dos Estados Unidos ao final da Guerra Fria.

Dez anos depois, as Operações de Paz aparecem como principal área temática, no contexto de um grande aumento no número dessas operações no âmbito das Nações Unidas (Kenkel 2013; Carvalho and Schenoni 2021). Os estudos sobre Atores Não Estatais nas RI e Economia Política Internacional (EPI) também ganharam importância no contexto da globalização. Em um novo salto de dez anos, especificamente em 2008, as negociações comerciais internacionais tornam-se os tópicos mais mencionados pelos documentos analisados, enquanto a PEB adquire mais relevância e a Integração Sul-americana reaparece na agenda dos/as pesquisadores/as. Por fim, em 2018, o tópico da defesa nacional se juntou às áreas canônicas do campo de RI no Brasil, como história das RI, EPI e PEB, sendo possível mencionar a ocorrência disso em um contexto de políticas públicas voltadas para a temática.

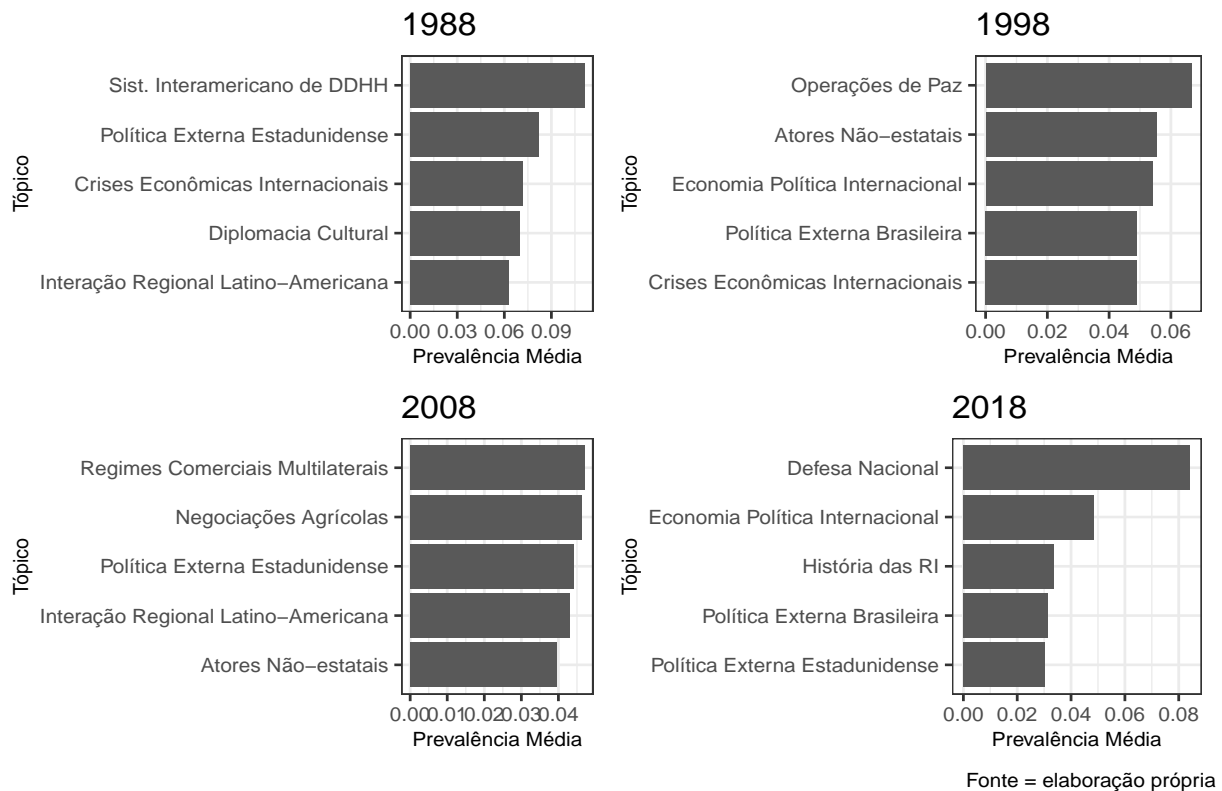
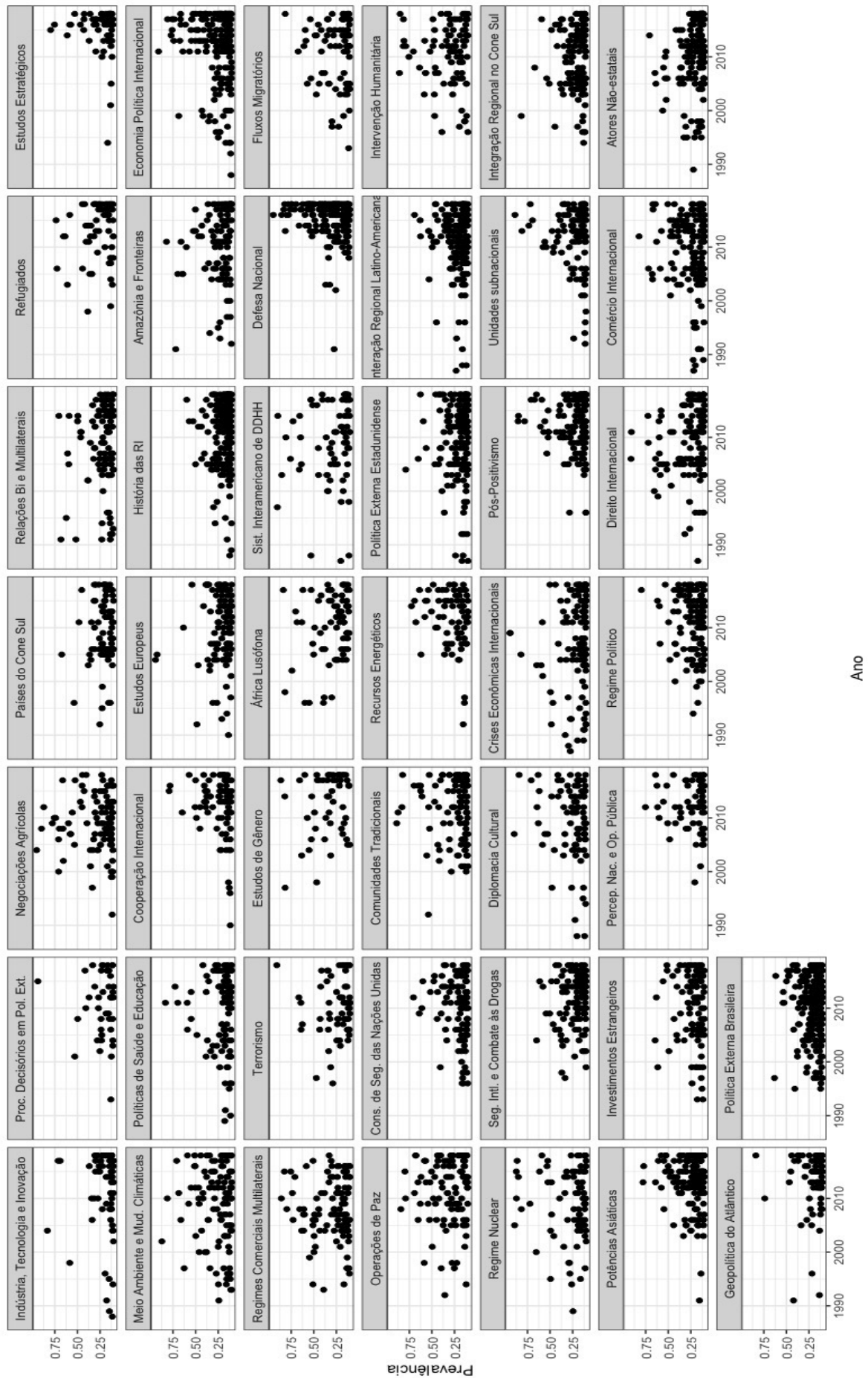


Figura 5: Tópicos com maior prevalência média por ano

Partindo agora para a análise do comportamento individual dos tópicos ao longo do horizonte temporal de análise, a Figura 6 apresenta a evolução das teses e dissertações de acordo com sua prevalência nos 44 tópicos<sup>8</sup> gerados pelo modelo. Para determinar com maior rigor, se um tópico está ou não presente no resumo de um documento, estipulamos um limiar (*threshold*) equivalente a uma prevalência média maior de 0.1. Desta maneira, foram excluídos de cada gráfico as teses e dissertações cujos termos pertencentes a cada tópico apareceram em menos de 10% de seus resumos. Esse patamar foi estabelecido a partir da verificação de que, abaixo desse valor, não há a presença efetiva do tópico, mas apenas menções residuais a alguns de seus termos.

<sup>8</sup>É importante mencionar que, dada a impossibilidade de interpretar quatro tópicos gerados pelo modelo, estes foram retirados da amostra.



Fonte: elaboração própria

Ano

Figura 6: Prevalência dos documentos nos diferentes tópicos

É importante mencionar que os tópicos não são atribuídos aos documentos de forma mutuamente excludentes. Por exemplo, uma tese hipotética sobre o papel da opinião pública brasileira no contexto das negociações agrícolas na OMC poderia registrar, por exemplo, 0.3 de prevalência no tópico “Opinião Pública,” 0.15 em “Política Externa Brasileira,” 0.5 em “Negociações Agrícolas” e valores residuais nos resto dos tópicos.

De modo geral, o que podemos ver é que a expansão do campo no Brasil, ao longo das últimas 3 décadas, foi acompanhada de uma certa diversidade temática, no sentido que permitiu, de fato, a emergências de diferentes temas. A partir da Figura 6 podemos observar os temas que estiveram presentes desde as origens da pós-graduação em RI no país. Assim, consideram-se como áreas temáticas “tradicionais,” aquelas que estiveram presentes desde o surgimento da pós-graduação em RI no Brasil, como por História das RI, Economia Política Internacional, e Comércio Internacional (Herz 2002; Milani 2021). Além disso, no contexto do fim da Guerra Fria e das crises no balanço de pagamentos na América Latina, a Política Externa Estadunidense e Crises Econômicas Internacionais também foram exploradas pela academia brasileira.

Nos anos 1990, outros temas também passaram a ser mais frequentemente analisados nas teses e dissertações. Em meio ao aprofundamento do processo de integração (econômica e comercial) regional (Fuentes 1994), as tratativas sobre o setor agrícola e o cone sul ganharam força, como também abordagens ligadas aos investimentos estrangeiros. Além disso, com a mudança da atuação brasileira em relação à agenda ambiental e a realização da Rio-92 (Lago 2007), o tema também entra em pauta nos PPGs brasileiros, junto aos debates sobre a Amazônia. Os estudos sobre a PEB, antes mais observados sob o prisma da diplomacia, começam a receber outros enfoques, como uma maior ênfase nos atores nela envolvidos, assim como estudos que apresentam o continente africano como objeto de estudo. Por fim, no campo da segurança, as operações de paz entram também em pauta, como já dito, em especial ao final da referida década, com o maior número de missões autorizadas pelas Nações Unidas (Kenkel 2013; Carvalho and Schenoni 2021).

É, no entanto, a partir dos anos 2000 que a agenda de pesquisa da academia brasileira de RI tornou-se mais plural. Com a chegada do novo século, a produção acadêmica no âmbito da pós-graduação de RI se deu com base em duas vertentes: (i) o assentamento das temáticas tradicionais que continuaram sendo trabalhadas e (ii) e a eclosão de novos temas antes pouco explorados até aquele momento.

Com relação ao primeiro fenômeno, é preciso dizer que, a continuidade dos estudos nas temáticas pré-existentes, não necessariamente significou uma continuidade de seus modelos analíticos, pelo contrário, muitos dos trabalhos vinculados a estas temáticas, passaram a ser abordados desde outros ângulos e perspectivas. Assim, a política externa foi “desencapsulada” (Faria 2008), sendo analisada, para além de seus direcionamentos, sob o ponto de vista de seus atores, processos decisórios e, até mesmo, da opinião pública.

Por outro lado, o surgimento de novas temáticas dentro da disciplina se deu em compasso com as mudanças epistemológicas e sociais dentro deste e outros campos. Deste modo, estudos que reivindicavam a inclusão e relevância de agentes cada vez mais diversos, como aqueles que se debruçam sobre gênero e refugiados e comunidades tradicionais passaram a aparecer com mais força a partir dos anos 2000.

Outro elemento que deve ser mencionado e que impacta tanto as temáticas mais tradicionais quanto as mais recentes, são os acontecimentos que ocorrem nas Relações Internacionais, não desde o ponto de vista da disciplina científica, mas desde o entendimento desta como um parcela da realidade social (Barbé 1995). Desta maneira, é possível enunciar o impacto provável que acontecimentos da realidade internacional, geraram no agendamento de temáticas ao interior deste campo no Brasil. Nesta direção, após os atentados de 11 de setembro de 2001, os estudos que vinculavam ao Terrorismo como objeto de estudo, passaram a fazer parte da agenda de pesquisa brasileira, junto ao combate às drogas. Ao mesmo tempo, com a Rodada Doha e a consolidação da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Mercado Comum do Sul (Mercosul) (Cesar and Sato 2012; Grisa and Niederle 2019), tópicos como as negociações agrícolas e os regimes comerciais também foram cada vez mais abordados<sup>9</sup>. Por fim, estudos sobre a Cooperação Internacional ganham força em um período em que a cooperação sul-sul foi cada vez mais enfatizada pelo governo brasileiro (Brésil et al. 2010).

Já no campo da segurança, no contexto da participação brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) e da crescente capacidade brasileira de atuar no âmbito da segurança internacional, tanto as operações de paz quanto a concepção de “intervenção humanitárias” receberam espaço na academia brasileira. Por outro lado, em meio aos debates sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), esta temática também ganharia maior ênfase. No entanto, o grande destaque nessa área iria para as pautas de Defesa Nacional e Estudos Estratégicos. Uma revisão detalhada da evolução de ambos tópicos na Figura 6, sugere que os estudos sobre esses temas aumentaram depois da incorporação dos programas militares ao rol de PPGs em Ciência Política e Relações Internacionais, além do surgimento de programas como Pró-Defesa e do Pró-Estratégia.

#### **4.1 Explorando os tópicos a partir de sua prevalência média**

Um dos resultados mais interessantes que este trabalho lança luz é a evolução dos tópicos a partir de suas principais tendências. Assim, na busca por uma medida que nos permitisse comparar as quantidades de diferentes tópicos, optamos pela padronização das prevalências em torno de suas médias, de modo a colocá-las em escala similar. Com os

---

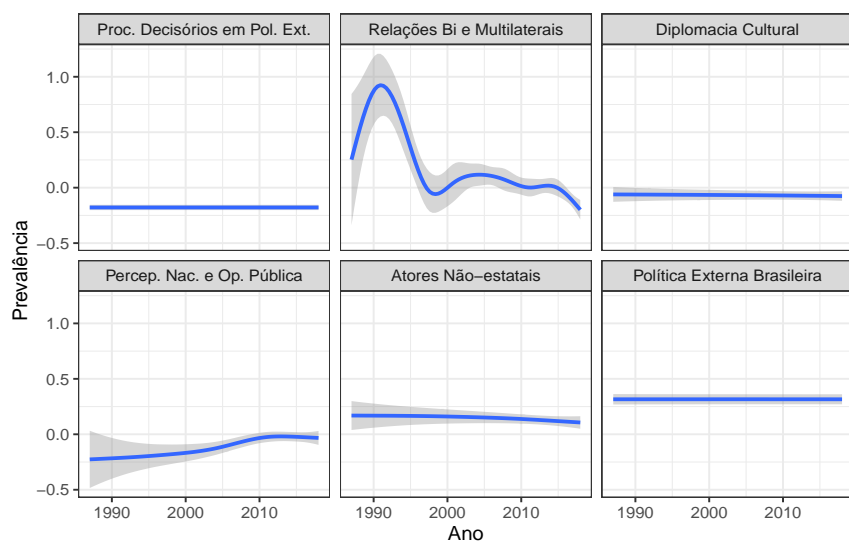
<sup>9</sup>É interessante notar que, as menções a esses tópicos ganharam maior ênfase em 2004, três anos após a Rodada Doha, o que faz sentido se pensarmos que, o tempo de elaboração de uma dissertação é de dois a três anos.

dados padronizados, a média da prevalência geral (0.0214) passa a assumir valor 0 e seu desvio padrão (0.0625), valor 1, para mais (positivo) ou menos (negativo). Para isso, a prevalência de cada tópico em cada documento foi convertida, utilizando a seguinte fórmula<sup>10</sup>:

$$Z_{t,d} = \frac{x_{t,d} - \mu}{\sigma}$$

Sendo assim, feita essa padronização, passamos a analisar o comportamento da prevalência média de cada tópico ao longo do tempo, utilizando modelos polinomiais de até a quinta ordem. De modo geral, a observação das retas e/ou curvas nos gráficos a seguir se ajustam às médias anuais, permitindo dizer quais tópicos se tornaram mais ou menos estudados pela academia brasileira de RI ao longo dos anos. Os resultados dos testes estatísticos podem ser visualizados no apêndice e confirmam todas as variações discutidas daqui em diante.

Na Figura 7, por exemplo, ilustramos essas tendências temporais para os tópicos correlatos ao estudo da política externa. Podemos perceber que os estudos relacionados com a temática das Relações Bi e Multilaterais foram majoritariamente produzidos até a metade da década de 1990. Nessa esteira, esses estudos foram se reduzindo com o passar do tempo, enquanto outros dedicados a analisar as percepções sobre a PE e o papel da opinião pública foram ganhando destaque. Os demais tópicos correlatos a essa área pareceram não apresentar sazonalidade, mantendo-se relativamente constantes ao longo do tempo.



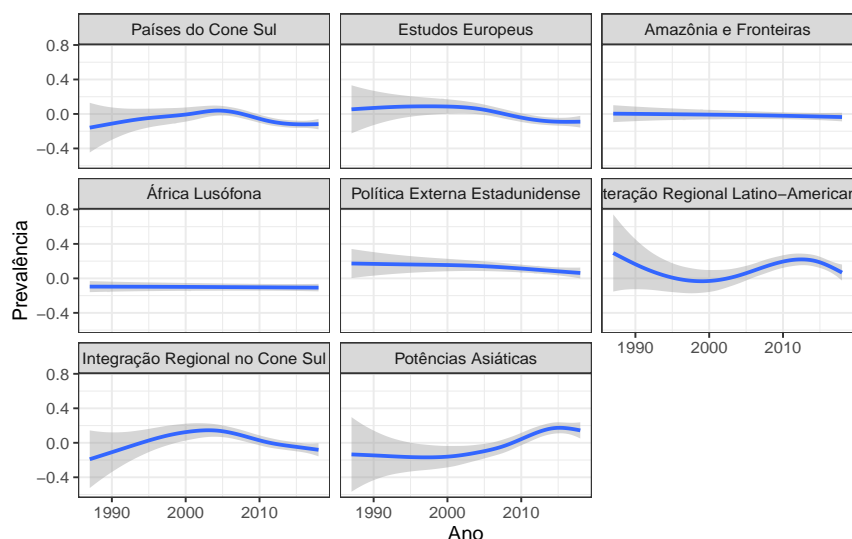
Fonte: elaboração própria

Figura 7: Tendências na prevalência média dos tópicos ligados à política externa

<sup>10</sup>Em que Z é o score padronizado da prevalência do tópico (t) no documento (d). Esse valor é igual à prevalência x do tópico t no documento t, subtraída pela média  $\mu$  de prevalência de todos os tópicos em todos os documentos, dividida pelo desvio padrão  $\sigma$  de cada t em cada d.

Este cenário muda quando, na Figura 8, observamos as tendências dos tópicos relacionados aos estudos regionais e de grandes potências. Primeiro, em relação ao entorno regional brasileiro, o Cone Sul parece ter recebido mais atenção até a metade dos anos 2000. No entanto, no contexto da emergência do chamado “regionalismo pós-hegemônico,” ou “pós-liberal,” e de organizações regionais como a União de Nações Sul-americanas (Riggiozzi and Tussie 2012), o enfoque parece ter sido alterado para uma maior ênfase na região sul-americana como um todo (Couto 2010; Galvão 2009), que passou a apresentar prevalência média acima da média amostral no início dos anos 2010.

Já quando olhamos para outras regiões, é possível notar quedas ligeiras nos estudos sobre a Europa e os Estados Unidos ao longo dos anos 2000. No contexto de uma ascendente ordem multipolar (Stuenkel 2016; Brooks and Wohlforth 2016), os países asiáticos têm recebido cada vez mais atenção, aparentemente em detrimento aos ocidentais. Nesse sentido, é lógico supor que o contexto internacional direciona, de alguma maneira, a agenda acadêmica brasileira de RI.



Fonte: elaboração própria

Figura 8: Tendências na prevalência média dos tópicos ligados aos estudos regionais e de grandes potências

No contexto da emergência do Mercosul e da Rodada de Doha, além da cooperação com os países africanos, questões ligadas à agricultura tiveram um papel mais destacado na academia brasileira, junto aos regimes comerciais multilaterais. Além disso, em meio aos crescentes investimentos brasileiros na capacidade nacional de extração de petróleo, sem contar a (re-)emergência da cooperação sul-sul pelos governos do Partido dos Trabalhadores, a nível nacional, e também a nível global (Ayllón Pino 2014), tanto Recursos Energéticos quanto a Cooperação Internacional foram mais mencionados nas teses e dissertações defendidas ao longo dos anos 2000. Por outro lado, à medida que as crises nos balanços de pagamentos da década de 1980 foram sendo superadas, o referido tópico foi se tornando menos trabalhado pela academia brasileira de Relações Internacionais.

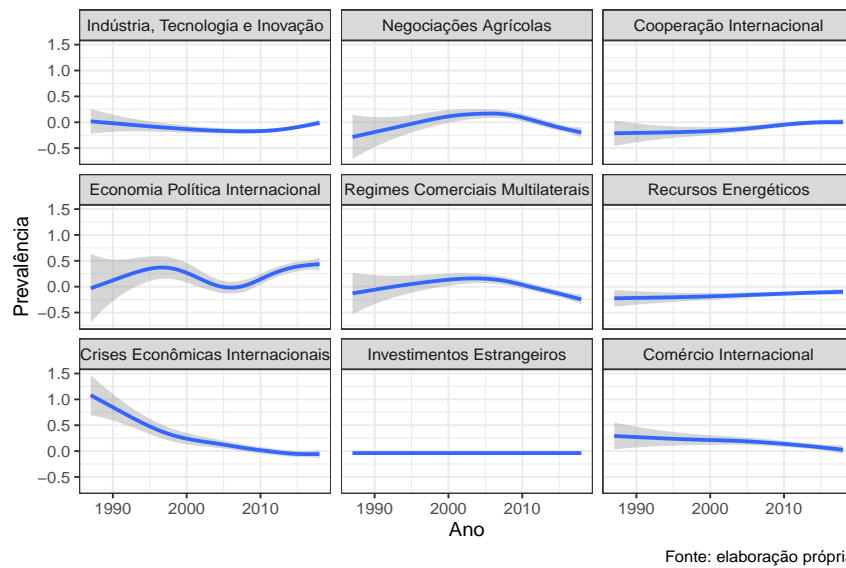


Figura 9: Tendências na prevalência média dos tópicos ligados à economia política internacional

A indução governamental brasileira parece também ter contribuído para o agendamento dos temas de segurança no âmbito da pós-graduação em RI. Nesse caso, no entanto, trata-se da atuação interna, por meio das políticas de fomento aos estudos de defesa, que levaram a um aumento dos estudos nessa área, como podemos ver na Figura 10. Desta maneira, podemos observar que os estudos vinculados às temáticas de Estudos Estratégicos e Defesa Nacional foram os que mais se beneficiaram destas políticas de fomento e da entrada de novas programas de Pós Graduação com ênfase nesses temas. Por outro lado, estudos relacionados com Regimes Nucleares foram decrescendo pós Guerra Fría e aqueles vinculados ao Combate às Drogas tiveram um aumento. Finalmente, o resto de temáticas vinculadas a esta grande área se mantiveram constantes.

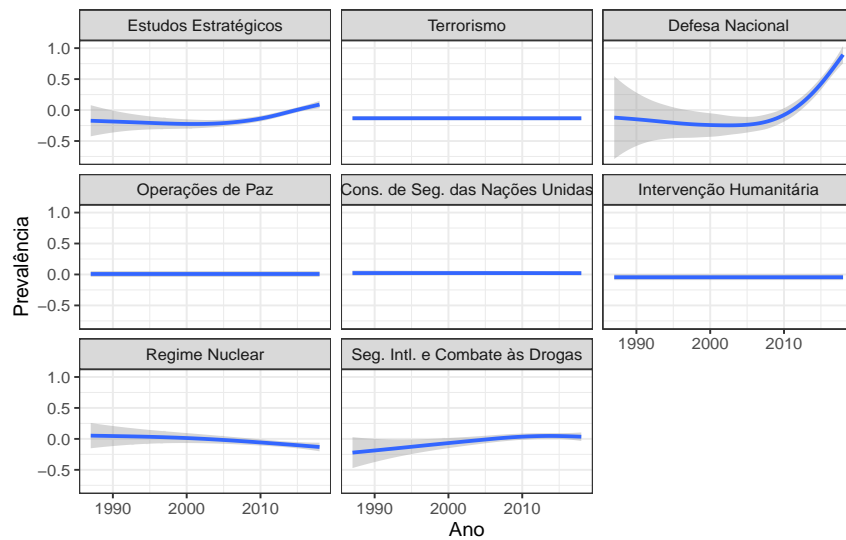


Figura 10: Tendências na prevalência média dos tópicos ligados à defesa e segurança internacional

Finalmente, sublinhamos os tópicos ligados aos chamados “novos temas” nas Relações Internacionais. É possível se perceber uma tendência crescente às menções nos casos dos temas referentes aos Refugiados e Estudos de Gênero. É preciso dizer que, os debates instaurados ao interior da disciplina envolvendo epistemologias feministas e a reivindicação do lugar das mulheres na produção acadêmica e na praxis das RI, motivaram o aumento dos estudos problematizando situações desta natureza. Por outro lado, trabalhos direcionados ao estudo do Meio Ambiente e Mudança Climática, assim como, aqueles envolvendo temas do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (DDHH) estiveram por cima da média até os anos 2000 quando começaram decrescer. Por sua vez, outra temática que apresentou um comportamento flutuante foi Direito Internacional, a qual apresenta um comportamento crescente até 2005 quando começa a diminuir acentuadamente. Por último, temáticas como Fluxos Migratórios e Comunidades Tradicionais apresentaram um comportamento constante ao longo do período de análise.

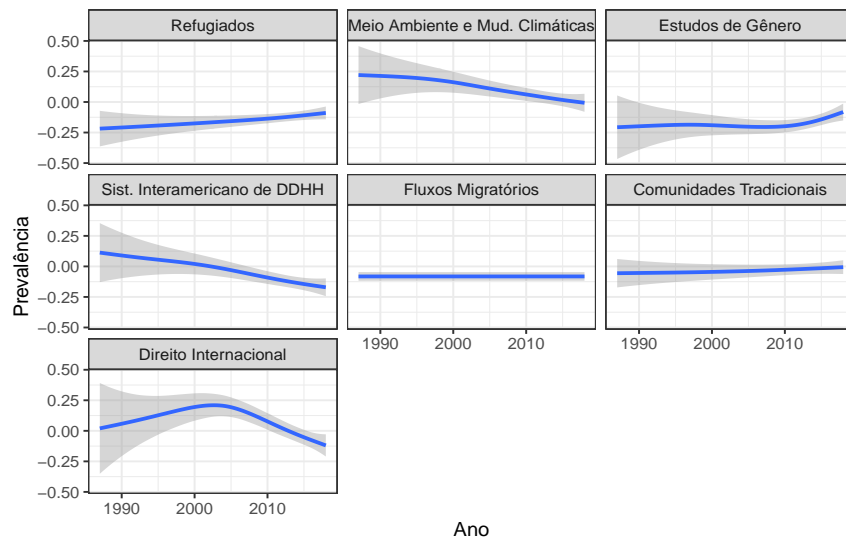


Figura 11: Tendências na prevalência média dos tópicos ligados aos direitos humanos, migrações e meio ambiente

Um último comentário a respeito do perfil dessa produção brasileira ainda é necessário, sob a angulação de seu escopo geográfico. A literatura nacional sobre o campo das RI tem destacado que esta é extremamente focada no papel do país e em seu entorno regional (Herz 2002; Jørgensen et al. 2017). Deste modo, a Figura 12 nos permite pensar que essa reivindicação é razoavelmente plausível, de modo que 59% das teses e dissertações defendidas no país mencionam o Brasil e/ou seu entorno regional, seja a nível do Cone Sul, da América do Sul, da América Latina ou de todas as Américas. Cabe, no entanto, notar que 41% dos resumos analisados dizem respeito a outras regiões, ou a nenhuma delas, focando em diálogos teóricos. Diante dessa informação, não pretendemos trazer uma resposta contundente sobre as razões do escopo geográfico estar focado no Brasil, mas sim uma provocação. Com isso, esse resultado sugere a necessidade de uma maior discussão que decante em estudos futuros onde esses elementos sejam abordados com maior aprofundamento.

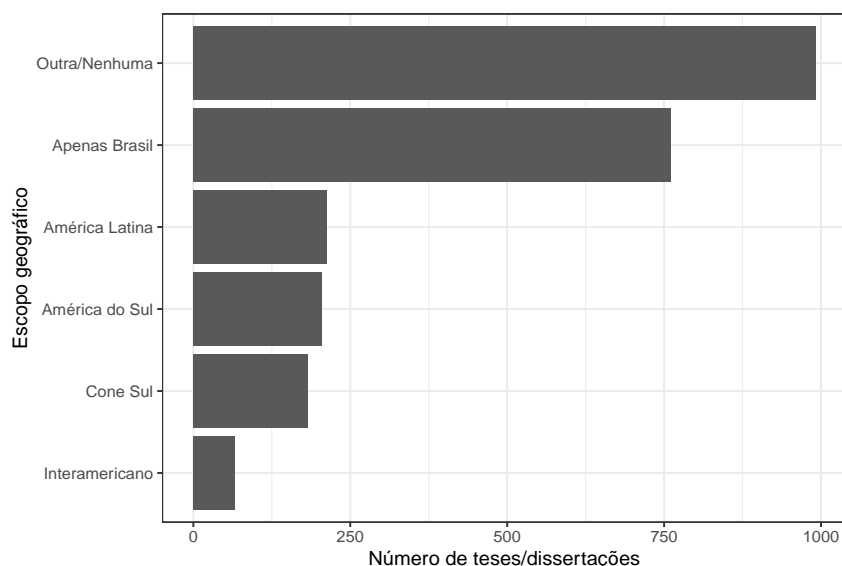


Figura 12: Número de trabalhos que mencionam o Brasil e o seu entorno

## 5 Conclusões preliminares

Analisar os trabalhos produzidos no âmbito da pós-graduação nos permitiu traçar u, perfil temático da academia brasileira de RI, mesmo que de modo parcial, na medida em que a consolidação de uma área do conhecimento em um país passa em grande parte pela produção de conhecimento qualificado dada no interior destes programas. Desta maneira, a STM nos proporcionou visualizar as feições e o comportamento da produção acadêmica da pós-graduação brasileira de RI, desde 1987 até 2018, notadamente, do ponto de vista temático.

Ao nos debruçarmos sobre os resultados, foi possível identificar certa relação entre estes e a literatura existente, em relação às no perfil da academia brasileira de RI ao longo do tempo. As áreas mais “tradicionais” elencadas por trabalhos anteriores (HERZ, 2002; MILANI, 2021), como é o caso de História das RI, Economia Política Internacional, e Comércio Internacional, eram mais mencionadas no início do período analisado. Por outro lado, foi possível observar outras áreas que contribuíram na fase inicial desenvolvimento do campo, para além das mencionadas pela literatura e que receberam maior destaque, como: (i) Sistema Interamericano de DDHH; (ii) Política Externa Estadunidense; (iii) Integração Regional Latino-Americana e (iv) Crises Econômicas Internacionais. Enunciar estas áreas fundacionais é relevante, pois é provável que a expansão da pós-graduação reflita em algum grau a dependência de trajetória (path dependence) destas temáticas iniciais. Isto é claro, deverá ser abordado com maior aprofundamento em trabalhos futuros.

A aparição de estudos vinculados a essas áreas fundacionais, assim como outras que surgiram ao longo do tempo, parecem estar associadas à atuação externa brasileira e ao

contexto internacional da época. Nessa direção, por exemplo, as crises econômicas dos anos 1980, que atingiram de forma incisiva parte dos países Latino-americanos, parecem ter chamado a atenção de pesquisadores/as da área de RI no Brasil à época, como pudemos ver na Figura 5. Por outro lado, na história mais recente, a ascensão de uma ordem multipolar coincide com a redução da proporção de estudos sobre Estados Unidos e Europa na academia brasileira, em detrimento a uma emergência das análises sobre a Ásia. Finalmente, as visões sobre a região são também decisivas, considerando que, no momento em que o Brasil passa a atuar na busca pela integração não só no Cone Sul, mas em toda a América do Sul, essa tendência se reflete também nas proporções de estudos sobre esses temas.

Para além da atuação externa brasileira e do contexto internacional, outro fator que consideramos poderia ter influenciado a produção acadêmica dentro da área, é a indução direta do governo federal. Esta indução foi feita a partir de políticas públicas de fomento à pesquisa e/ou direcionamentos sobre o campo, de modo geral. Deste modo, com o credenciamento de programas de instituições militares ao quadro de PPGs em Ciência Política e RI da CAPES, o Pró-Defesa e o Pró-Estratégia, a academia brasileira de Relações Internacionais passou a ser, também, direcionada ao esforço de compreensão de temas relacionados à Defesa Nacional, sendo possível observar um crescimento exponencial nesta área temática durante o período de análise (Figura 10).

Todos estes elementos podem ter contribuído para que se gerasse no campo uma pluralidade temática que hoje o caracteriza, permitindo dizer que a academia brasileira possui um perfil fluido. No entanto, faz-se necessário mais estudos nessa direção, no sentido de comprovar os principais fatores de agendamento dos estudos no campo de RI no Brasil. Caberia a estes esforços corroborar se os condicionantes externos elencados até o momento, e outros que venham a aparecer, apresentam correlação com o comportamento temático do campo.

Para concluir, sabemos que este trabalho se insere em uma longa agenda de pesquisa, em que ainda há muito a se avançar. Fornecemos aqui uma descrição dos temas analisados pela academia brasileira de RI e sugerimos alguns elementos que podem estar relacionados a esses movimentos. No entanto, ainda cabem maiores investigações sobre causas e condições que levaram a esses estudos. Entendemos que uma melhor compreensão do campo no Brasil é um passo fundamental para que se possa avançar ainda mais e, se este trabalho servir para ajudar nesse processo, nosso maior objetivo então terá sido concretizado.

## Referências

Alejandro, Audrey. 2019. *Western Dominance in International Relations? The Internationalisation of IR in Brazil and India*. Worlding Beyond the West 16. London ; New

- York: Routledge, Taylor & Francis Group.
- Ayllón Pino, Bruno. 2014. “Evolução Histórica Da Cooperação Sul-Sul (CSS).” In *Repensando a Cooperação Internacional Para o Desenvolvimento*, edited by André de Mello e Souza. Brasília, Distrito Federal, Brazil: IPEA.
- Barasuol, Fernanda, and André Silva. 2016. “International Relations Theory in Brazil: Trends and Challenges in Teaching and Research.” *Revista Brasileira de Política Internacional* 59 (2): 1–20.
- Barbé, Esther. 1995. *Relaciones Internacionales*. Biblioteca Universitaria de Editorial Tecnos. Madrid: Tecnos.
- Blei, David, Andrew Ng, and Michael Jordan. 2003. “Latent Dirichlet Allocation.” *The Journal of Machine Learning Research* 3.
- Brésil, Ministério das minas e energia, Marcos Antonio Macedo Cintra, Instituto de pesquisa econômica aplicada (Brésil), and Agência Brasileira de Cooperação. 2010. *Cooperação Brasileira Para o Desenvolvimento Internacional: 2005-2009*. Brasília: IPEA : ABC.
- Brooks, Stephen G., and William C. Wohlforth. 2016. “The Rise and Fall of the Great Powers in the Twenty-First Century: China’s Rise and the Fate of America’s Global Position.” *International Security* 40 (3): 7–53. [https://doi.org/10.1162/ISEC\\_a\\_00225](https://doi.org/10.1162/ISEC_a_00225).
- Carvalho, Thales, João Paulo Gabriel, and Dawisson Belém Lopes. 2020. “Mind the Gap! Assessing Differences in Methodological Approaches Between Brazilian and Mainstream IR Journals.” In *Anais Do 12º Encontro Da Associação Brasileira de Ciência Política*.
- Carvalho, Thales, and Luis Schenoni. 2021. “Back to the Assembly? Power Politics, Domestic Conflict, and Forum Shopping in the United Nations.” *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3850748>.
- Cesar, Susan Elizabeth Martins, and Eiiti Sato. 2012. “A Rodada Doha, as Mudanças No Regime Do Comércio Internacional e a Política Comercial Brasileira.” *Revista Brasileira de Política Internacional* 55 (1): 174–93. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292012000100010>.
- Couto, Leandro Freitas. 2010. “Política Externa Brasileira Para a América Do Sul: As Diferenças Entre Cardoso e Lula.” *Civitas - Revista de Ciências Sociais* 10 (1). <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2010.1.6591>.
- Faria, Carlos Aurélio Pimenta de. 2008. “Opinião pública e Política Externa: Insucesso, Politização e Reforma Na Produção Da Política Exterior Do Brasil.” *Revista Brasileira de Política Internacional* 51 (2): 80–97. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292008000200006>.
- Farias, Rogério De Souza, and Haroldo Ramanzini Júnior. 2015. “Reviewing Horizontalization: The Challenge of Analysis in Brazilian Foreign Policy.” *Revista Brasileira de*

- Política Internacional* 58 (2): 5–22. <https://doi.org/10.1590/0034-7329201500201>.
- Fuentes, Juan Alberto. 1994. “Open Regionalism and Economic Integration.” *Revista CEPAL* 53.
- Galvão, Thiago Gehre. 2009. “América Do Sul: Construção Pela Reinvenção (2000-2008).” *Revista Brasileira de Política Internacional* 52 (2): 63–80. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292009000200004>.
- Grimmer, Justin, and Brandon M. Stewart. 2013. “Text as Data: The Promise and Pitfalls of Automatic Content Analysis Methods for Political Texts.” *Political Analysis* 21 (3): 267–97. <https://doi.org/10.1093/pan/mps028>.
- Grisa, Catia, and Paulo Niederle. 2019. “Transferência, Convergência e Tradução de Políticas Públicas: A Experiência Da Reunião Especializada Sobre Agricultura Familiar Do Mercosul.” *Dados* 62 (2): e20160099. <https://doi.org/10.1590/001152582019175>.
- Herz, Mônica. 2002. “O Crescimento Da área de Relações Internacionais No Brasil.” *Revista Brasileira de Política Internacional* 24 (1): 7–40.
- Jørgensen, Knud Erik, Audrey Alejandro, Alexander Reichwein, Felix Rösch, and Helen Turton. 2017. *Reappraising European IR Theoretical Traditions*. 1st ed. 2017. Trends in European IR Theory. Cham: Springer International Publishing : Imprint: Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-58400-3>.
- Kenkel, Kai Michael. 2013. “Five Generations of Peace Operations: From the ”Thin Blue Line” to ”Painting a Country Blue”.” *Revista Brasileira de Política Internacional* 56 (1): 122–43. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292013000100007>.
- Lago, André Aranha Corrêa do. 2007. *Estocolmo, Rio, Joanesburgo: O Brasil e as Três Conferências Ambientais Das Nações Unidas*. Brasília: Instituto Rio Branco (IRBr) : FUNAG, Fundação Alexandre de Gusmão.
- Lessa, Antônio Carlos. 2005. “Instituições, Atores e Dinâmicas Do Ensino e Da Pesquisa Em Relações Internacionais No Brasil: O Diálogo Entre a História, a Ciência Política e Os Novos Paradigmas de Interpretação (Dos Anos 90 Aos Nossos Dias).” *Revista Brasileira de Política Internacional* 48 (2): 169–84.
- Maliniak, Daniel, Susan Patterson, Ryan Powers, and Michael Tierney. 2017. “TRIP 2017 Faculty Survey.” Teaching, Research,; International Policy Project. <https://trip.wm.edu>.
- Milani, Carlos R. S. 2021. “The Foundation and Development of International Relations in Brazil.” *Review of International Studies*, March, 1–17. <https://doi.org/10.1017/S0260210521000139>.
- Mimno, David, Hanna Wallach, Edmund Talley, Miriam Leenders, and Andrew McCallum. 2011. “Optimizing Semantic Coherence in Topic Models.” *Proceedings of the Conference on Empirical Methods in Natural Language Processing*, 262–72.
- Miyamoto, Shiguenoli. 1999. “O Estudo de Relações Internacionais No Brasil: O Estado

- Da Arte.” *Revista de Sociologia e Política*, no. 12: 83–98.
- Pereira, Alexsandro, and Dawisson Lopes. n.d. “Segurança e Instituições Internacionais: O Brasil Em Perspectiva.” In *As Teorias e o Caso*.
- Riggirozzi, Pía, and Diana Tussie. 2012. “The Rise of Post-Hegemonic Regionalism in Latin America.” In *The Rise of Post-Hegemonic Regionalism*, edited by Pía Riggirozzi and Diana Tussie, 1–16. Dordrecht: Springer Netherlands. [https://doi.org/10.1007/978-94-007-2694-9\\_1](https://doi.org/10.1007/978-94-007-2694-9_1).
- Roberts, Margaret E., Brandon M. Stewart, and Dustin Tingley. 2019. “Stm: An R Package for Structural Topic Models.” *Journal of Statistical Software* 91 (2). <https://doi.org/10.18637/jss.v091.i02>.
- Roberts, Margaret E., Brandon M. Stewart, Dustin Tingley, Christopher Lucas, Jetson Leder-Luis, Shana Kushner Gadarian, Bethany Albertson, and David G. Rand. 2014. “Structural Topic Models for Open-Ended Survey Responses: STRUCTURAL TOPIC MODELS FOR SURVEY RESPONSES.” *American Journal of Political Science* 58 (4): 1064–82. <https://doi.org/10.1111/ajps.12103>.
- Santos, Norma Breda dos, and Fúlvio Eduardo Fonseca. 2009. “A pós-Graduação Em Relações Internacionais No Brasil.” *Contexto Internacional* 31 (2): 353–80. <https://doi.org/10.1590/S0102-85292009000200005>.
- Schwether, Natalia Diniz, Nayanna Sabiá De Moura, and Murilo Mesquita Melo e Silva. 2019. “Research Design in International Relations: Analysis about the Methodological Culture of RBPI’s Papers (1994-2017) Desenho de Pesquisa Em Relações Internacionais: Análise Da Cultura Metodológica Nos Artigos Da RBPI (1994-2017).” *Mural Internacional* 10 (August): e37923. <https://doi.org/10.12957/rmi.2019.37923>.
- Silva, Elaini Cristina Gonzaga da, Priscila Spécie, and Denise Vitale. 2010. *Um Novo Arranjo Institucional Para a Política Externa Brasileira*. Brasília: CEPAL/IPEA.
- Stuenkel, Oliver. 2016. *Post-Western World: How Emerging Powers Are Remaking Global Order*. Malden, MA: Polity.
- Terman, Rochelle. 2017. “Islamophobia and Media Portrayals of Muslim Women: A Computational Text Analysis of US News Coverage.” *International Studies Quarterly* 61 (3): 489–502. <https://doi.org/10.1093/isq/sqx051>.
- Tickner, Arlene. 2009. “Latin America: Still Policy Dependent After All These Years?” In *International Relations Scholarship Around the World*, edited by Arlene B. Tickner and Ole Wæver. Worlding Beyond the West. Abingdon, Oxon ; New York: Routledge.
- Vigevani, Tullo, Laís Forti Thomaz, and Lucas Amaral Batista Leite. 2016. “Pós Graduação Em Relações Internacionais No Brasil: Anotações Sobre Sua Institucionalização.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 31 (91): 01. <https://doi.org/10.17666/319104/2016>.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores concordam que caso o manuscrito venha a ser aceito e postado no servidor SciELO Preprints, a retirada do mesmo se dará mediante retratação.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.